

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Biodiversidade e Florestas**  
**Departamento do Patrimônio Genético**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO 2008**

**Macro-atividade 1 – Regulação do Acesso e Repartição de Benefícios**

**1. ATIVIDADES DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO**

**Atividade 1.1. Reuniões do CGEN**

Organização e realização de 9 Reuniões Ordinárias do CGEN (56ª à 64ª Reunião).

**Atividade 1.2. Câmaras Temáticas**

Organização e realização de 8 reuniões das Câmaras Temáticas e 2 reuniões de Grupo de Trabalho.

<b>Câmaras Temáticas</b>	<b>Nº de reuniões</b>	<b>Produtos em 2008</b>
Patrimônio Genético Mantido em Condições <i>Ex Situ</i>	1	– Publicação da Resolução nº 33 <sup>1</sup> em 31/06/2008.
Procedimentos Administrativos	4	– Publicação da Resolução nº 30 <sup>2</sup> em 03/04/2008 – Publicação da Resolução nº 31 <sup>3</sup> em 03/04/2008. – Publicação da Orientação Técnica nº 06 <sup>4</sup> em 29/09/2008.
Repartição de Benefícios	1	– Publicação da Resolução nº 32 <sup>5</sup> em 23/05/2008. – Minuta de Decreto que regulamenta o art. 33 da Medida Provisória, aprovada na 56ª Reunião Ordinária do CGEN, em 28 de fevereiro de 2008, e aguardando publicação no Diário Oficial da União.

<sup>1</sup> Altera os arts. 1º e 4º da Resolução nº 18, de 7 de julho de 2005.

<sup>2</sup> Altera o art. 1º da Resolução nº 21, de 31 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2006, Seção 1, página 118.

<sup>3</sup> Aprova, nos termos dos Anexos à Resolução, modelos de formulários para elaboração de relatórios por instituições autorizadas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. (Observação: o assunto foi discutido na 45ª reunião da CTPRO, em novembro de 2007, e a Resolução foi aprovada na 56ª Reunião Ordinária do CGEN, em fevereiro de 2008)

<sup>4</sup> Esclarece o conceito de potencial de uso comercial para a finalidade de acesso a componente do patrimônio genético.

<sup>5</sup> Dispõe sobre o acesso a amostras de componentes do patrimônio genético coletado em condição in situ e mantido em coleções ex situ.

CT Conjunta de Conhecimento Tradicionais e Repartição de Benefícios	2	- Encaminhamento do Relatório Final sobre Consulta Pública nº 02 do CGEN à Casa Civil, como contribuição para o Anteprojeto de Lei de Acesso.
Grupo de Trabalho para discussão da abrangência do conceito de "derivados" no âmbito do Anteprojeto de Lei sobre acesso aos recursos genéticos e seus derivados, a proteção aos conhecimentos tradicionais associados e aos direitos dos agricultores, e a repartição de benefícios, de acordo com a Deliberação nº 220, de 26 de agosto de 2008.	2	Nota Informativa nº 07/2008/DPG/SBF/MMA sobre os resultados do Grupo de Trabalho;  Ofício nº 063/2008/DPG/SBF/MMA encaminhado à Casa Civil informando os resultados do Grupo de Trabalho.  OBS: As atividades do Grupo de Trabalho foram interrompidas até que o Anteprojeto de Lei volte à Casa Civil.
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	

### **Atividade 1.3. Solicitações e Autorizações de Acesso a Patrimônio Genético e CTA**

<b>Processos Autorizados pelo CGEN de 2002 a 2008</b>	
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	31
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	7
Bioprospecção com patrimônio genético	12
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	4
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	7
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	2
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	4
<b>Total autorizado</b>	<b>67</b>
Total autorização para regularização	32
<b>Total renovado</b>	<b>7</b>

<b>Processos Autuados</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	10	9

<b>Processos Autuados</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	1	7
Bioprospecção com patrimônio genético	6	4
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	0	1
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	8	6
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	5	17
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	2	0
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	1	0
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	0	0
<b>Total de solicitação de autorização</b>	<b>33</b>	<b>44</b>

<b>Processos Autorizados pelo CGEN em 2008</b>	
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	8
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	0
Bioprospecção com patrimônio genético	4
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	0
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	0
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	1
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	0
<b>Total autorizado</b>	<b>13</b>
Total autorizado para regularização	0
<b>Total renovado</b>	<b>2</b>

<b>Processos Autorizados pelo Ibama em 2008 (Deliberação n. 14/2003)</b>	
Autorização para Pesquisa Científica	3
Autorização Especial para Pesquisa Científica	3
<b>Total autorizado</b>	<b>6</b>

<b>Processos em Tramitação 2008</b>	
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado	40
Pesquisa científica com conhecimento tradicional associado e patrimônio genético	14
Bioprospecção com patrimônio genético	31
Bioprospecção com patrimônio genético (autorização especial)	1
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	29
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético	38
Bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	5
Desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	0
Bioprospecção e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	2
Constituição de coleções <i>ex situ</i> com potencial de uso econômico	2
<b>Total de solicitações de autorização</b>	<b>162</b>
<b>Total de sobrestados</b>	<b>88</b>

#### **Atividade 1.4 Anuência a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios**

Em 2008, foram anuídos pelo CGEN dois Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios, referentes: um a acesso ao patrimônio genético coletado em áreas particulares e outro a conhecimento tradicional associado provido por comunidade ribeirinha.

O CGEN anuiu, ainda, a quatro solicitações de postergação do momento de apresentação de Contratos, conforme faculta o Decreto nº 6.159/07.

#### **Atividade 1.5. Solicitações de Credenciamento**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
<b>Processos Autuados</b>	15	24	26	16	9	5	8	<b>103</b>
<b>Processos Credenciados</b>	5	13	29	27	9	6	6	<b>95</b>

<b>Solicitações de credenciamento em tramitação</b>	<b>2008</b>
<b>Total</b>	<b>5</b>

#### **Atividade 1.6. Regulamentação da Medida Provisória n. 2.186-16/01**

### **1.6.1. Resoluções**

#### **Resolução nº 30**

Data: 28/02/2008

Assunto: altera o art. 1º da Resolução nº 21, de 31 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2006, Seção 1, página 118.

Publicação no D.O.U.: 03/04/2008 - Seção 1 - Pág. 55

#### **Resolução nº 31**

Data: 28/02/2008

Assunto: Aprova, nos termos dos Anexos a esta Resolução, os modelos de formulários para elaboração de relatórios por instituições autorizadas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Publicação no D.O.U.: 03/04/2008 - Seção 1 - Pág. 55

#### **Resolução nº 32**

Data: 27/03/2008

Assunto: Dispõe sobre o acesso a amostras de componentes do patrimônio genético coletado em condição in situ e mantido em coleções ex situ.

Publicação no D.O.U.: 23/05/2008 - Seção 1 - Pág. 126

#### **Resolução nº 33**

Data: 31/07/2008

Assunto: Altera os arts. 1º e 4º da resolução nº 18, de 7 de julho de 2005

Publicação no D.O.U.: 20/08/2008 - Seção 1 - Pág. 98

---

### **1.6.2. Orientação Técnica nº 6** (vide boletim informativo anexo)

Data: 28/08/2008

Assunto: Esclarece o termo “potencial de uso comercial” para a finalidade de acesso a componente do patrimônio genético

Publicação no D.O.U.: 29/09/2008 - Seção 1 - Pág. 120

---

### **1.6.3. Proposta de Decreto**

Minuta de Decreto que regulamenta o art. 33 da Medida Provisória foi aprovada na 56ª Reunião Ordinária do CGEN, em 28 de fevereiro de 2008, e encaminhada à Casa Civil da Presidência da República. Aguardando publicação no Diário Oficial da União.

## **2. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO**

### **Atividade 2.1. Apoio ao CGEN**

O Departamento do Patrimônio Genético, no exercício das suas atribuições de Secretaria Executiva do CGEN, viabiliza as execução das atividades anteriormente descritas.

### **Atividade 2.2. Atendimento a consultas institucionais**

Foram recebidas e respondidas, entre janeiro e novembro de 2008, 109 novas consultas para esclarecimentos sobre o enquadramento de atividades nos termos da Medida Provisória n. 2186-16/01 e procedimentos a serem adotados. As referidas consultas dividem-se entre os seguintes setores:

- Academia - 55
- Empresas - 24
- Advogados - 5
- Comunidades - 1
- Ibama/ICMBio - 3
- Não-identificados - 21

### **Atividade 2.3. Celebração de Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios**

Foram encaminhados à deliberação do CGEN, recebendo a respectiva anuência, dois Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios, referentes a projetos de bioprospecção com patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, provenientes de área particular e de comunidade tradicional, respectivamente. Esses contratos referem-se a um único processo de solicitação de autorização, de interesse da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

### **Atividade 2.4. Participação em Negociação de Termo de Anuência Prévia**

Pela primeira vez, a União (representada pelo DPG/MMA e pelo ICMBio) participou de reunião para negociação de um Termo de Anuência Prévia, juntamente a representantes das comunidades extrativistas envolvidas e de instituição interessada em realizar o acesso a componentes do patrimônio genético localizados na Reserva Extrativista do Médio Juruá/AC.

A Reunião ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro, em Carauari – AM, e teve como principal objetivo acompanhar os primeiros passos da negociação de dois Contratos de Utilização e Repartição de Benefícios em que a União é Parte.

Esse procedimento foi legalmente instituído pela Instrução Normativa nº 04/2008 do ICMBio, que disciplina os procedimentos para autorização de pesquisa em Unidade de Conservação Federais das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

### **Atividade 2.5. Estudo Técnico sobre produtos que utilizam patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado.**

A Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica- ABPTI foi contratada para realizar o estudo diagnóstico para a fixação de repartição de benefícios em cadeias produtivas da biodiversidade brasileira. Esta consultoria está em fase final. Em julho de 2006, foi firmada uma Carta de Acordo entre a FAO/MMA e a ABIPTI, no âmbito do Convênio UTF/BRA/062/BRA, para realização do “Estudo Diagnóstico para a Fixação de Parâmetros de Repartição de Benefícios em Cadeias Produtivas da Biodiversidade Brasileira”. Constam, na Carta de Acordo, as seguintes finalidades: levantamento de informações a respeito das cadeias produtivas com potencial de exploração comercial no Brasil; realização de diagnóstico aprofundado para a repartição de benefícios na cadeia produtiva; realização de entrevistas com especialistas para definição de

prioridade dos parâmetros de repartição de benefícios nas cadeias produtivas; confecção de um banco de dados com a compilação de informações obtidas no estudo sobre repartição de benefícios nas cadeias produtivas, a serem entregues na forma de 5 produtos. A Carta foi aprovada no valor de R\$ 159.7000,00. A administração do recurso financeiro destinado ao pagamento dos produtos está sob a responsabilidade da Diretoria do Programa Nacional de Florestas e Florestas da SBF/MMA (DIFLOR) e a avaliação técnica da consultoria está sob a responsabilidade do DPG. Os três primeiros produtos foram entregues ao DPG, sendo que o terceiro foi recebido em 29 de setembro de 2008.

O primeiro relatório técnico descreveu as sete cadeias produtivas das espécies eleitas em conjunto com a equipe do DPG, para servir de base ao estabelecimento das faixas de repartição de benefícios, tendo em vista a importância econômica do produto e usos possíveis na indústria. Os resultados desta etapa do estudo e dos resultados preliminares da segunda etapa foram apresentados para a equipe técnica do DPG, em novembro de 2007. O segundo relatório técnico, entregue em janeiro de 2008, apresentou uma descrição geral de três das sete cadeias produtivas selecionadas, incluindo os indicadores quantitativos e qualitativos de cadeias produtivas da biodiversidade, na visão de comunidades extrativistas e de empresas, e inclui os resultados sobre a análise de importância de desempenho. O terceiro produto, entregue em 29 de setembro de 2008, é um informe técnico na forma de artigo.

### **Atividade 2.6. Cooperação Institucional**

A Cooperação com IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Funai, Fundação Cultural Palmares, Conselho de Defesa Nacional e CNPq foi institucionalizada, de modo que todas as solicitações de autorização que a Secretaria Executiva do CGEN recebe, dependendo de suas especificidades, são comunicadas a estas instituições, garantindo racionalidade e celeridade aos processos.

Os procedimentos administrativos têm sido revistos à medida da necessidade de cada órgão.

### **Atividade 2.7. Integração com outras políticas públicas**

Apoio ao grupo interministerial de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade para elaboração de seminários e elaboração de um Programa de Ação Interministerial para Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade.

Participação em reuniões do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI. Em 2008, destacam-se os seguintes temas, nos quais o DPG inseriu-se ativamente nas discussões do GIPI: minuta de Projeto de Lei sobre Cultivares; Sistema de Informação Geográfica; e Patenteabilidade de Inovação Incremental (Novos Usos, Polimorfismo etc.).

### **Atividade 2.8. Construção de novo marco legal sobre Acesso e Repartição de Benefícios**

Participação no processo de consolidação do Anteprojeto de Lei de Acesso ao Patrimônio Genético, Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios, na Casa Civil da Presidência da República;

Participação na comissão organizadora da Consulta presencial às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.

Participação em reuniões na Casa Civil da Presidência da República para elaboração da minuta de Decreto que visa regulamentar o art. 34 da Medida Provisória n. 2.186-16/01,

estabelecendo o procedimento para regularização de atividades de acesso iniciadas ou concluídas após a edição da Medida Provisória.

## **Atividade 2.9. Participação em Reuniões Internacionais da Convenção sobre Diversidade Biológica**

### **2.9.1. 6º GT de Acesso e Repartição de Benefícios**

O DPG tem participado ativamente nas discussões internacionais, principalmente no que diz respeito aos grupos de trabalho no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. Em 2008, o DPG participou da 6ª Reunião do GT de Acesso e Repartição de Benefícios, que foi realizada no período de 21 a 25 de janeiro, em Genebra, Suíça. Os intensos trabalhos resultaram na análise dos principais componentes do Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios e proposta de elementos consensuados (que devem fazer parte desse Regime) e dos elementos que deveriam ficar para considerações posteriores. A reunião gerou uma recomendação à Conferência das Partes, para que adotasse o documento elaborado pelo grupo.

### **2.9.2. Reunião do Grupo de Trabalho de Acesso e Recursos Genéticos do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe**

A participação do DPG nesse foro de discussão realizada em Quito/Equador, nos dias 29 e 30 de abril de 2008, foi importante para obtermos informações sobre as posições dos países do Grupo acerca dos principais componentes do Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios.

Durante a reunião, houve apresentação e consulta sobre os resultados dos eventos recentes desenvolvidos sobre o tema de acesso e repartição de benefícios em âmbito regional e multilateral, a saber: informes sobre a Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada em Santo Domingo, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro deste ano; revisão dos resultados da I Reunião do Grupo de Trabalho, realizada em Paipa, Colômbia, em 20 e 21 de setembro de 2007 e Reuniões de trabalho de composição aberta da Convenção sobre Diversidade Biológica: Montreal (GT ABS 5) e Genebra (GT ABS 6).

Discutiram-se, ainda, temas de interesse do grupo, a serem analisados em profundidade, tais como: o estado da negociação do Regime Internacional; as considerações regionais das seções que ainda não foram discutidas nem negociadas (objetivos, âmbito, natureza) no anexo dos informes da 6ª reunião do GT/ABS; os certificados (origem, fonte, procedência legal); os derivados; o consentimento prévio e informado (PIC) e os termos mutuamente acordados (MAT), com o objetivo de subsidiar as decisões do GRULAC na COP 9.

### **2.9.3. 9ª Conferência das Partes – COP 9**

No período de 15 a 31 de maio, o DPG integrou a delegação brasileira durante a 9ª Conferência das Partes – COP 9, realizada em Bonn, Alemanha. Nessa ocasião, foram discutidos os documentos elaborados pelo 5º Grupo de Trabalho sobre o Artigo 8(j) e disposições correlatas, e pelo 6º Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios. Nesse sentido, o DPG avaliou os documentos encaminhados pelos grupos e trabalhou, juntamente com a Delegação Brasileira, liderada pelo Ministério das Relações Exteriores, defendendo o estabelecimento de um Regime Internacional vinculante e que garanta o cumprimento da legislação nacional dos países de origem dos recursos genéticos. Além das negociações diretas com as Partes, o DPG também participou das discussões junto ao Grupo de Países Megadiversos e do Grupo de Países da América Latina e Caribe - GRULAC, dos quais o Brasil faz parte.



Além de participações presenciais nas reuniões internacionais da CDB, o DPG atua em conjunto com o MRE na articulação interna, a fim de gerar subsídios em resposta às notificações do Secretariado da CDB sobre os grupos de especialistas estabelecidos durante a COP 9, bem como na preparação interna para a construção de uma posição brasileira sobre o texto legal do Regime Internacional.

#### **2.9.4. Grupo de Países Megadiversos Afins**

O Brasil foi eleito presidente do Grupo dos Países Megadiversos Afins durante Reunião Ministerial realizada em paralelo à 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP9 /CDB, realizada em Bonn, Alemanha, no período de 19 a 30 de maio de 2008.

Este grupo tem um papel importante nas negociações no âmbito da CDB, defendendo propostas essenciais para que se garanta a repartição de benefícios de maneira global, com a instituição de um mandato negociador ao Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da CDB, para o estabelecimento de um Regime Internacional.

O Brasil assumiu a presidência do grupo até o final da COP 10, que acontecerá em outubro de 2010, comprometendo-se a: assegurar um secretariado atuante, que possa apoiar concretamente os trabalhos do grupo nos próximos dois anos, organizando suas reuniões, promovendo reuniões preparatórias às reuniões dos grupos de trabalho sobre ABS e 8j, bem como reuniões de especialistas, a fim de permitir a troca de informações e, na medida do possível, coordenar posições.

A Secretaria Executiva do Grupo dos Países Megadiversos Afins está a cargo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O Departamento do Patrimônio Genético, a fim de cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil, está, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, viabilizando a realização de duas reuniões presenciais e a criação e manutenção do sítio eletrônico do Grupo. Nesse sentido, já iniciou os procedimentos necessários para a contratação de consultores especializados para a coordenação de reunião técnica do Grupo, a ser realizada em março de 2009.

#### **Atividade 2.10. Apoio técnico a outras iniciativas diplomáticas**

##### **2.10.1. Harmonização entre acordos internacionais sobre direitos de propriedade intelectual e a Convenção sobre Diversidade Biológica**

Participação na elaboração das posições brasileiras para as negociações no âmbito do Comitê Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore, da OMPI.

Acompanhamento das negociações junto ao Conselho de TRIPS, com relação à emenda proposta pelo Brasil e outros países em 31 de maio de 2006 (WT/GC/W/564\_TN/C/W/41).

##### **2.10.2. Negociações no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa**

Participação na elaboração das posições brasileiras para a negociação do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica.

#### **Macro-atividade 2 – Políticas e Ações de Prevenção do Acesso Ilegal**

##### **Atividade 2.11. Políticas e Ações de Prevenção do Acesso Ilegal**

Divulgação junto a instituições públicas e privadas da legislação em vigor e a necessidade de regularização das atividades de acesso. Adoção de procedimentos padronizados para comunicação para envio de informações e para solicitação de esclarecimentos de atividades. Retomada juntamente com a Coordenação de Informática do MMA de Banco de Processos de Atividades de Acesso Ilegal para monitorar as atividades acima mencionadas.

#### **Atividade 2.11.a. Ações preventivas quanto ao registro de marcas de nomes da biodiversidade brasileira.**

Participação juntamente com o Ministério das Relações Exteriores o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual de atividades que visam a tomada de providências em nível internacional para o resgate de marcas brasileiras registradas no Japão como “guaraná”, “ipê” e “amazônia”. Em andamento.

#### **Atividade 2.11.b. Ações de informação quanto ao acesso ilegal de produtos, projetos e patentes de componentens da biodiversidade brasileira.**

Elaboração de projeto que visa a diagnosticar produtos, processos e patentes de componentes da biodiversidade brasileira a fim de formular um quadro diagnóstico da situação em países estrangeiros e elaborar juntamente com o Ministério das Relações Exteriores ações para o enquadramento destas atividades na legislação brasileira.

Entendimentos juntamente ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial no sentido de validar metodologia empreendida pelo DPG no diagnóstico de patentes no exterior para produtos da sociobiodiversidade brasileira.

#### **Atividade 2.12. Implementação do Banco de Acesso Ilegal**

Em 2008 foram realizadas reuniões junto à Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação - CGTI/MMA para a reestruturação e aprimoramento do banco de dados sobre acesso ilegal no país. Essa atividade proporcionará maior organização das informações e conseqüente atração dos usuários ao sistema de acesso e repartição de benefícios.

### **Macro-atividade 3 – Políticas de Proteção dos Conhecimentos Tradicionais Associados**

#### **Atividade 2.13. Projeto de qualificação de comunidades indígenas e locais**

Em 2008, o DPG realizou cinco oficinas de qualificação.

A primeira oficina, realizada na cidade de Barreiras/BA, ocorreu como parte de uma outra consultoria que o Departamento contratou e que está inserida no Projeto de Revitalização do Rio São Francisco desse Ministério. Um dos produtos apresentados por essa consultoria foi a identificação de comunidades da região da bacia do São Francisco que fossem detentoras de conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. De maneira adaptada à realidade das comunidades e com material informativo apropriado, a oficina abordou questões de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, bem como os direitos dos detentores dos conhecimentos estabelecidos na legislação de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios.

A segunda oficina, realizada em Luziânia/GO, representou um marco na discussão de procedimentos adequados à consulta feita a povos e comunidades tradicionais sobre legislações que

as afetem direta ou indiretamente. A oficina contou com a presença de mais de 50 lideranças de povos indígenas e comunidades tradicionais de todas as regiões do país e teve como objetivo informar sobre a Consulta Pública referente ao Anteprojeto da Lei de Acesso e colher subsídios desse segmento da sociedade. Além dos objetivos alcançados, a oficina abordou discussões sobre o respeito à realidade dessas comunidades e mudança no processo de consulta. A partir dessa oficina, a Casa Civil liderou a organização de uma comissão com o objetivo de realizar oficinas presenciais, com metodologias apropriadas à transmissão das informações e coleta de subsídios junto a esses povos e comunidades.

A terceira oficina, realizada em Chapada Gaúcha/MG, foi solicitada pela Fundação Pró-Natureza – FUNATURA que atua junto a comunidades tradicionais na região do Centro-Oeste. Aproveitamos a oportunidade para informar as comunidades participantes do VII Encontro dos Povos do Sertão Veredas, sobre a legislação de acesso e repartição de benefícios e os direitos nela previstos.

A quarta oficina foi realizada em Brasília/DF, e teve como objetivo o treinamento de novos servidores que ingressaram na equipe do Departamento de Patrimônio Genético DPG, para a aplicação da técnica do teatro-fórum, utilizada na realização das oficinas com povos e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Participaram da oficina, além do moderador de oficinas, cinco técnicos do DPG, que realizaram exercícios e apresentações relacionados à aprendizagem do teatro-fórum. No final da atividade, simulou-se a apresentação de uma oficina completa em uma comunidade tradicional.

A quinta oficina, realizada em Peritoró/MA, foi solicitada pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, para ser realizada como uma das três oficinas do “II Fórum Social da Juventude Rural da ASSEMA”. Participaram da oficina jovens de 16 a 32 anos, que receberam informações sobre a legislação de acesso e repartição de benefícios e os direitos das comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos.

<b>Oficinas de qualificação realizadas no ano de 2008</b>				
<b>Nº</b>	<b>Local</b>	<b>Público</b>	<b>Nº participantes</b>	<b>Data</b>
1	Barreiras - BA	Extrativistas	26	29 e 30/03/2008
2	Luziânia - GO	Lideranças de comunidades de todo o país	51	1º a 3/04/2008
3	Chapada Gaúcha - MG	Agroextrativistas e Assentados	77	10/07/2008
4	Brasília - DF	Técnicos do DPG	5	17/11/2008
5	Peritoró	Juventude: Extrativistas e Assentados	22	21/11/2008

#### **Macro-atividade 4 – Comunicação e Gestão da Informação**

##### **Atividade 2.14. Sítio do DPG e CGEN**

Foi criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, através da Portaria nº 198, de 08 de julho de 2008, o Comitê Gestor dos Sítios Eletrônicos do MMA – CGSE, que recebeu como sua

primeira missão a reestruturação geral do sítio do MMA na internet. Nesse sentido, o Departamento do Patrimônio Genético (DPG) tem trabalhado para uma nova estrutura no sítio do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e também do próprio Departamento. Essa atividade visa tornar esses ambientes padronizados com o restante dos sítios do Ministério, direcionados para uma utilização de fácil acesso às informações das atividades do Departamento, assim como às utilidades para os usuários do Sistema de Acesso ao Patrimônio Genético.

O DPG analisou o sítio do CGEN com o intuito de identificar os trabalhos realizados pelo DPG como Departamento ligado à Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA e as atividades relacionadas à função de Secretaria Executiva do CGEN.

A partir dessa primeira análise, discutiu-se com a equipe de técnicos do DPG a melhor maneira de organizar a informação, com o objetivo de atender às demandas dos usuários do sistema e interessados nos assuntos referentes aos assuntos relacionados ao DPG e ao CGEN.

Além dessa iniciativa, o DPG também participou da construção da criação da Lista de assuntos do Governo (LAG) para o tema de Meio Ambiente. De acordo com a deliberação do Comitê Gestor dos Sítios Eletrônicos do MMA, ficou estabelecido que as Secretarias devem revisar e apresentar propostas para o tema Meio Ambiente na LAG, com o objetivo de ajudar os cidadãos a encontrar informações, independentemente do conhecimento da estrutura do governo ou do órgão que tem responsabilidade sobre o assunto.

Nesse sentido, o DPG analisou se os termos utilizados na LAG são adequados à realidade e se são compatíveis com a temática abordada pelo Departamento; se as divisões temáticas abrangiam o universo de atividades desenvolvidas; e se as subdivisões e desmembramentos dos temas estavam compatíveis com os mesmos. Em breve, qualquer cidadão poderá consultar qualquer sítio governamental e encontrar facilmente os assuntos tratados pelo DPG.

### **Atividade 2.15. Visitas Orientadas e Consultas a Processos**

Foram realizados e atendidos 5 (cinco) pedidos de visitas orientadas ao Departamento do Patrimônio Genético em 2008. Estas visitas têm por objetivo dar a profissionais, técnicos e estudantes de instituições nacionais interessadas no tema 'Acesso e Repartição de Benefícios' a oportunidade de conhecer o funcionamento do Departamento do Patrimônio Genético, particularmente a triagem, autuação, análise e tramitação das solicitações de autorização de acesso ao patrimônio genético ou aos conhecimentos tradicionais associados. Por meio deste acompanhamento, busca-se aperfeiçoar a capacidade das instituições que realizam atividades de acesso e repartição de benefícios no processo de enquadramento de seus projetos e atendimento dos requisitos legais.

Todos esses visitantes tiveram acesso direto a documentos não-sigilosos dos processos de autorização e credenciamento, bem como a documentos pertinentes às câmaras temáticas. Para realizar a visita orientada, o interessado deve preencher e enviar o formulário disponível no site e aguardar a comunicação da Secretaria Executiva. Os interessados que sejam partes nos processos não precisam preencher o formulário.

No total, foram consultados processos referentes a 19 instituições.

### **Atividade 2.16. Base de Dados de Processos - SisGen**

No sentido de demonstrar a necessidade e urgência na implementação de um banco de dados que atenda às necessidades de gestão interna e, principalmente, às do usuário, realizaram-se, em 2008, três reuniões junto ao Coordenador Geral da Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação, nas quais ressaltamos as particularidades de nosso banco de dados e a necessidade de rapidez no seu efetivo funcionamento. As discussões levaram à construção de um sistema mais

seguro e à disponibilização de um “ambiente de testes” para que, no início de 2009, o banco possa estar em funcionamento.

### **Atividade 2.17. Participação em Eventos como palestrantes ou conferencistas**

A fim de atender a demandas de vários setores da sociedade envolvidos com o tema “Acesso e Repartição de Benefícios”, os técnicos do DPG participaram de 22 eventos, entre cursos, congressos e palestras, organizados por instituições de ensino e pesquisa, ONGs, sociedades científicas, órgãos da administração pública e empresas públicas (vide tabela anexa).

### **Atividade 2.18. Atualização da Cartilha disponível no sítio do CGEN**

A fim de atualizar as informações aos usuários do sistema, a cartilha disponível no sítio do CGEN foi atualizada e será disponibilizada ainda este ano.

### **Atividade 2.19. Segurança da Informação**

Motivados pela necessidade de aprimorar procedimentos para o tratamento de informações sigilosas, o DPG solicitou reuniões junto a técnicos da ABIN, que foram realizadas desde o início de 2008. Na última reunião, ocorrida em 14 de julho, o DPG informou sobre os procedimentos adotados com relação ao sigilo de documentos, os que já estão sendo implementados no Banco de Processos eletrônico, e solicitou ajuda para o aprimoramento destes. A ABIN está estudando as possibilidades de adequar os procedimentos do DPG. No final do mês de setembro, foram realizadas reuniões entre representantes do DPG e da ABIN, visando estabelecer os procedimentos a serem seguidos por ocasião da mudança de sede do Departamento do Patrimônio Genético.

Dois técnicos do DPG participaram do Curso de Segurança Corporativa, realizado no período de 29 de setembro a 3 de outubro de 2008 em Brasília, totalizando carga horária de 36 horas. Este curso foi ministrado pela Escola de Inteligência – ESINT, da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e tratou de assuntos relacionados à proteção de dados e conhecimentos de interesse do Estado, com finalidades de prevenir e obstruir ações adversas de qualquer natureza. Após a realização do curso, estão sendo trabalhadas propostas para aprimorar os trâmites de documentos sigilosos no DPG e entre o DPG e demais órgãos que tenham necessidade de receber documentos sigilosos.

### **Atividade 2.20. Aprimoramento das atividades de transmissão e difusão da informação**

Com o objetivo de levar o conhecimento sobre a legislação aos diferentes setores da sociedade de maneira mais efetiva e assim ajudar na implementação do sistema de Acesso e Repartição de Benefícios no País, o DPG encaminhou para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE o projeto “*Criação de estratégia de difusão efetiva da legislação de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados no Brasil*”. Esse projeto está previsto para começar no início de 2009.

## **Macro-atividade 5 – Orçamento e Infra-estrutura**

### **Atividade 2.21. Plano Plurianual e Orçamento**

O orçamento do DPG consta de duas ações no PPA 2008/2011 que fazem parte do Programa

Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade.  
Em 2008, o orçamento total do DPG foi de R\$ 1.285.079,55.

### **Ação Exercício 2008**

**a) Promoção de repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado**

R\$ 1.062.162,55 aplicação execução de 100%

**b) Gestão e administração do programa**

R\$ 222.917,00 aplicação execução de 100%

**Total R\$ 1.285.079,55**

### **Atividade 2.22. Investimentos em Infra-estrutura**

Aquisição de dois computadores portáteis.